

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº DE 2017 (do Sr. Paulão)

Requer a realização de audiência pública para discutir as recomendações feitas ao governo brasileiro no âmbito da 28ª Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutirmos as recomendações feitas ao governo brasileiro no âmbito da 28ª Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, ocorrida em 5 de maio de 2017, em Genebra. Solicito, ainda, que sejam convidadas a participar do evento as seguintes autoridades/organizações:

- Representante do Ministério das Relações Exteriores;
- Representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos ou órgão que o suceder;
- Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;
- Representante do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa;
- Representante de organização da sociedade civil.

JUSTIFICATIVA

Em ciclos que duram quatro anos e meio, todos os Estados membros da ONU passam pela Revisão Periódica Universal (RPU), um mecanismo de avaliação da situação dos direitos humanos em cada país.

Seguindo o calendário daquele organismo internacional, o Brasil foi reavaliado em 5 de maio de 2017. Trata-se da terceira passagem do Brasil pelo mecanismo, seguindo as anteriores em 2008 e 2012.

O Estado brasileiro submeteu à ONU em janeiro deste ano seu Relatório Nacional. Esse documento foi apresentado previamente à sociedade civil em

audiência pública realizada nesta Comissão no dia 7 de dezembro de 2016, como forma de garantir o diálogo a respeito das informações que seriam apresentadas pelo governo.

A realização de audiências e consultas públicas, por meio dos mecanismos disponíveis para tanto no âmbito do poder Legislativo (em especial da Comissão de Direitos Humanos e Minorias- CDHM), tem se configurado como prática na passagem do Brasil pela RPU, tendo ocorrido nos dois ciclos anteriores.

Naquela ocasião, o relatório proposto pelo governo brasileiro foi considerado insatisfatório pelos membros desta Comissão bem como pelos representantes de outros órgãos de estado e de organizações da sociedade civil. A partir dos subsídios angariados naquela audiência e de informações extraídas dos relatórios de atividades desta comissão nos últimos anos, a CDHM produziu seu próprio relatório para ser apresentado em Genebra.

Nesta 28^a Revisão Periódica, diante dos entraves impostos pelo governo brasileiro à participação da CDHM, o relatório do Legislativo teve de ser defendido pelo Deputado Paulão no fórum destinado às organizações da sociedade civil. O lamentável episódio, amplamente divulgado pela mídia, teve repercussão internacional.

O governo brasileiro recebeu em Genebra mais de 240 recomendações de Estados-membros das Nações Unidas para melhorar a situação dos direitos humanos. Assim, proponho a realização da audiência pública para discutir as referidas recomendações.

Nesses termos, solicito o apoio dos nobres membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para a aprovação do requerimento.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2017.

Atenciosamente,

Deputado Paulão – PT/AL
Presidente